



Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2026
(Processo Administrativo nº. 156/2026)
Número do Pregão Eletrônico no Comprasnet: 90077/2026

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO – **UASG:** 984223

DATA DA SESSÃO: 06/07/2026 às 12:30 (horário de Brasília)

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal (compras.gov.br)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote

MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO – MG**, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social e Procuradoria-Geral do Município, mediante o pregoeiro designado pela Portaria nº 7.036 de 05 de janeiro de 2026, torna público para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação, para **registro de preços**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com o fornecimento de peças (filtro) e gás para os sistemas de climatização do prédio administrativo e diversas secretarias, da Administração Pública Municipal, através do sistema Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DESCRITAS NA RELAÇÃO DE ITENS DO SITE WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE EDITAL, O LICITANTE DEVERÁ OBEDECER À DESCRIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.1.2. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.1.3 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.1.4 Não haverá exclusividade de contratação, nem mesmo será reservada cota para micro e pequenas empresas, tendo em vista a natureza indivisível do objeto, nos termos do inciso III, do art. 49, da LC 123/06.

Não poderão disputar esta licitação:

3.1.4 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s); autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.1.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.1.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.1.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.1.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.1.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.1.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.1.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.1.9.1. Considerando ser ato discricionário da Administração, diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto, e que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional, suficientes para atender satisfatoriamente de forma individual às exigências previstas neste edital, entende-se conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio" nesta licitação.

3.1.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.1.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O impedimento de que trata o item 3.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 3.1.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto nos itens 0 e 3.1.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

A vedação de que trata o item 3.1.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.1.4 deste Edital.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.1.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.1.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.1.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.1.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.1.5. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.1.6. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do lote;

5.1.2. **MARCA DO PRODUTO OFERTADO SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA;**

5.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.1.4. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.1.5. O **prazo de validade da proposta** não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.1.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.1.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O LANCE DEVERÁ SER OFERTADO PELO VALOR UNITÁRIO DO ITEM.

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01 (um centavo).

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.1.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.1.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.1.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.1.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.1.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.1.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.1.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.1.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.1.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “fechado e aberto”**, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.1.11. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.1.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.1.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.1.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.1.15. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.1.16. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.1.17. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.1.18. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.1.19. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.1.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.1.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.1.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.1.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.1.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.1.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.1.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.1.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

6.1.22.2. empresas brasileiras;

6.1.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.1.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.1.23. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

6.1.24. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

6.1.25. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.1.26. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.1.27. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.1.28. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.1.29. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.1.5. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.1.6. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 0 e 0 deste edital.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

7.1.7. conter vícios insanáveis;

7.1.8. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.1.9. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.1.10. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.1.11. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas **valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

7.1.12. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.1.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.1.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.1.13. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.1.14. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.1.15. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.1.16. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.1.17. Em se tratando de **serviços de engenharia**, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.1.18. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.1.19. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção, por exemplo, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto. Caso o Termo de Referência exija a **apresentação de amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original; por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, mediante a apresentação de original ou de declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal; ou ainda por cópia simples quando a confirmação do seu teor puder ser feita pela Administração junto aos órgãos públicos emitentes, via "Internet", ou junto à publicação em órgãos da imprensa oficial.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.2. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.1.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.1.4. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.1.5. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.1.6. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.1.7. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.1.8. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.1.9. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.1.4.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **02 (dois) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

A ata de registro de preços será assinada preferencialmente por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será **divulgado no PNCP** e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.1.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.1.3. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.1.4. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.1.5. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.1.6. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

11. DOS RECURSOS

11.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.1.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.1.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.1.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.1.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 12.1.5. fraudar a licitação
- 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- 12.1.9. advertência;
- 12.1.10. multa;
- 12.1.11. impedimento de licitar e contratar e
- 12.1.12. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

- 12.1.13. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 12.1.14. as peculiaridades do caso concreto
- 12.1.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 12.1.16. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 12.1.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

12.1.18. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.1.19. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campo Belo – MG, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, por meio do qual se avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimar-se-á o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@campobelo.mg.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua João Pinheiro, nº. 102 – Centro, Campo Belo/MG – CEP 37270-000

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.1.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico campobelo.atende.net, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua João Pinheiro, nº. 102 – Centro, Campo Belo/Minas Gerais – CEP 37.270-000 nos dias úteis, no horário das 12:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

14.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO I - Termo de Referência

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

14.1.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

14.12.1 ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

14.12.2 ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Campo Belo – MG, 17 de junho de 2026

Cristiana Felício Porto - Matrícula: 15896
Secretária Municipal de Administração

Maria de Fátima Freire Furtado – Matrícula: 23898
Secretária de Assistência Social

Ronaldo Pimenta Mendes – Matrícula: 90677
Secretário de Desenvolvimento

Rosana Junqueira Neves Silveira – Matrícula: 17112
Secretária de Educação

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Maria Paula de Arruda Campos Avanzi de Almeida – Matrícula: 90183
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Lucas Vieira Furtado – Matrícula: 89431
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Cristiano Casarino – Matrícula: 39138
Secretário de Infraestrutura

Josislaine de Oliveira Gouvea – Matrícula: 40979
Procuradora-Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E TURISMO, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

Processo Administrativo nº: 18587/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente tem como finalidade promover Procedimento de Licitação para a contratação de serviços de manutenção **preventiva e corretiva**, incluindo limpeza total com o fornecimento de peças (filtro) e gás para os sistemas de climatização do prédio administrativo e diversas secretarias, da Administração Pública Municipal, conforme as condições, quantidades, exigências, estimativas estabelecidas nos documentos que fundamentam este processo e conforme Lei nº14.133/2021.

LOTE 01				
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	CATMAT/ CATSER
1	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 7 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	6	3492
2	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 7,5 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	4	3492
3	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 9 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	67	3492
4	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 12 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	270	3492

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

5	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 18 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	82	3492
6	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Teto", de 18 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	8	3492
7	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 19 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	16	3492
8	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 22 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	42	3492
9	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 24 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	60	3492
10	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Teto", de 24 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	10	3492
11	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Piso Teto", de 40 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	10	3492
12	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Teto", de 47 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	54	3492
13	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Teto", de 60 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	8	3492

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

14	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de cortina de ar, de 1,2m, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	8	3492
15	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de cortina de ar, de 0,9m, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	4	3492
16	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo parede/janela (monobloco), de 21 mil BTUs incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	4	3492

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 7.953, de 25 de junho de 2024.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.5. A Contratada deverá ser responsável por todos os itens que contemplam a prestação dos serviços e deve manter, em caráter permanente e de forma ininterrupta, Central de Atendimento, por telefone, por mensagem, e-mail, etc.

1.6. O preço final deverá incluir todas as despesas referentes aos tributos, demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

1.7. Tal aquisição, visa uma futura e eventual **aquisição, de forma parcelada, e quando julgar necessária**, portanto, não se constitui em qualquer compromisso futuro por parte da contratante na obrigação de serem adquiridas em sua totalidade.

1.8. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9. O contrato ou outro instrumento que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Municipal, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

1.11. Favor atentar aos itens de menor valor e quantidade, pois a manutenção dos aparelhos deverá ser feita, mesmo com o valor total baixo.

1.12. A contratada deverá realizar as manutenções de acordo com a Ordem de Compra, independente do quantitativo, valor e local solicitado, sendo que, as ordens de compras podem ser solicitadas parcialmente do saldo total licitado.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O presente tem como objeto avaliar as possibilidades de contratação de empresa especializada para serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

o fornecimento de peças e gás para os sistemas de climatização do prédio administrativo e diversas secretarias, da Administração Pública Municipal.

2.3. É evidente a necessidade de efetuar processo licitatório para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com o fornecimento de peças e gás para os sistemas de climatização.

2.4. Pautado pelo compromisso com a excelência na prestação de serviços, requer atenção imediata em procedimento licitatório para viabilizar a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças e gás para os sistemas de climatização.

2.5. A necessidade de contratar uma empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de ar-condicionado, incluindo peças para conserto, é fundamentada na garantia da qualidade, eficiência e segurança dos sistemas de climatização em espaços de interesse público.

2.6. Sob a perspectiva do interesse público, essa contratação se justifica pelos seguintes pontos:

2.6.1. Manutenção da Qualidade do Ambiente Interno: Os sistemas de ar-condicionado são essenciais para manter ambientes internos confortáveis e saudáveis em locais de interesse público. A manutenção corretiva e preventiva garante que esses sistemas operem de forma eficiente, proporcionando conforto térmico e qualidade do ar para os ocupantes desses espaços.

2.6.2. Preservação da Saúde Pública: A manutenção adequada dos sistemas de ar condicionado é crucial para prevenir a propagação de doenças respiratórias e alergias, pois ajuda a eliminar agentes patogênicos e alérgenos do ar, como poeira, mofo e bactérias. Isso contribui para proteger a saúde dos usuários desses espaços públicos, especialmente em locais de grande circulação de pessoas.

2.6.3. Eficiência Energética e Sustentabilidade: A manutenção preventiva dos sistemas de ar-condicionado ajuda a garantir sua eficiência energética, reduzindo o consumo de energia e os custos operacionais. Além disso, a manutenção adequada contribui para a redução do impacto ambiental desses sistemas, promovendo práticas sustentáveis de conservação de energia e recursos naturais.

2.6.4. Segurança e Conformidade com Normas: A contratação de uma empresa especializada assegura que a manutenção dos sistemas de ar-condicionado seja realizada por profissionais qualificados e em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes. Isso garante a segurança dos usuários e a conformidade com requisitos legais e de segurança relacionados à operação desses equipamentos.

2.7. Portanto, a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças e gás para os sistemas de climatização, é essencial para atender às necessidades do interesse público, garantindo conforto, saúde, eficiência energética, segurança e conformidade com normas e regulamentações em espaços de uso coletivo.

2.8. A fundamentação legal para esta demanda está embasada na Lei 13.589/2018, que determina a obrigatoriedade da manutenção de sistemas de ar condicionado em edifícios públicos e privados, garantindo assim a conformidade legal.

2.9. Justificativa para lote único da manutenção corretiva e preventiva (lote 1):

2.9.1. O agrupamento de todos os serviços de manutenção corretiva e preventiva de aparelhos de ar-condicionado em um único lote justifica-se pela necessidade de garantir maior eficiência operacional, padronização dos serviços e economicidade para a Administração Pública.

2.9.2. A execução dos serviços por uma única empresa contratada possibilita melhor coordenação das atividades, reduzindo riscos de descontinuidade, conflitos de responsabilidade entre prestadores distintos e dificuldades na gestão contratual. Além disso, a centralização favorece a padronização dos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, assegurando maior qualidade e uniformidade nos serviços prestados.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

2.9.3. Sob o aspecto econômico, o agrupamento em lote único tende a proporcionar ganho de escala, tornando a contratação mais atrativa para o mercado e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas, com redução de custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos.

2.10. Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Soluções	Vantagens (pontos fortes)	Desvantagens (riscos, limitações, problemas)
1 - Contratação de empresa especializada	Expertise técnica Equipamentos modernos Responsabilidade	Custo financeiro Dependência externa
2- Contratação de servidores especializados	Controle interno Flexibilidade	Limitação técnica e tecnológica Custos trabalhistas
3 - Capacitação de servidores	Desenvolvimento interno Custos reduzidos	Investimento significativo de tempo e recursos para a capacitação. Risco de ineficácia Limitação tecnológica

3.1. Contratação de empresa especializada

3.1.2. Vantagens: A expertise técnica da empresa garante serviços realizados por profissionais especializados e experientes. Eles utilizam equipamentos modernos, empregando tecnologia avançada e ferramentas específicas para assegurar a eficácia na limpeza. Além disso, a empresa assume total responsabilidade pelos serviços prestados, o que minimiza os riscos e custos associados a procedimentos inadequados.

3.1.3. Desvantagens: Apesar dos benefícios oferecidos, é importante considerar que optar por uma empresa especializada pode resultar em um custo financeiro mais elevado em comparação com outras opções disponíveis. Além disso, há uma dependência externa, já que a administração fica sujeita à disponibilidade e à agenda da empresa contratada, o que pode impactar na flexibilidade e na rapidez da prestação dos serviços.

3.2. Contratação de servidores especializados

3.2.1. Vantagens: Ao optar por realizar a tarefa internamente, há um maior controle direto sobre os funcionários encarregados da atividade. Isso proporciona uma supervisão mais eficaz e detalhada das operações. Além disso, há flexibilidade para ajustar a programação de acordo com as necessidades da administração, garantindo uma maior adaptação às demandas emergentes.

3.2.2. Desvantagens: Os servidores podem não possuir a mesma especialização técnica de uma empresa dedicada, o que pode impactar na qualidade e eficácia dos serviços prestados. Além disso, há custos trabalhistas envolvidos, incluindo salários, benefícios e encargos, que devem ser considerados. Também é necessário levar em conta a limitação tecnológica, já que pode ser necessário adquirir equipamentos específicos para realizar os serviços de forma adequada.

3.3. Capacitação de servidores

3.3.1. Vantagens: Há um investimento na formação dos servidores da administração, o que pode resultar em uma equipe mais capacitada e preparada para lidar com as demandas específicas da tarefa. Além disso, os custos iniciais são reduzidos, já que há um menor desembolso financeiro imediato em comparação com a contratação de serviços externos. Essa abordagem pode proporcionar uma maior autonomia e controle sobre o processo, além de contribuir para o desenvolvimento profissional dos servidores.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





3.3.2. Desvantagens: O desenvolvimento interno requer um investimento significativo de tempo e recursos para a capacitação dos servidores, o que pode sobrecarregar a administração. Há também o risco de ineficácia, pois os servidores podem não adquirir a expertise necessária para garantir uma limpeza eficaz, o que pode resultar em resultados insatisfatórios. Além disso, há uma limitação tecnológica, já que pode ser necessário adquirir equipamentos específicos para realizar os serviços de forma adequada, o que pode aumentar os custos a longo prazo.

3.4. Conforme a especificação do objeto detalhada neste estudo técnico, a opção mais viável para a Administração Pública Municipal, a contratação de uma empresa especializada se destaca como a opção mais vantajosa. A expertise técnica, o uso de equipamentos modernos e a responsabilidade assumida pela empresa garantem a eficácia da limpeza, minimizando riscos e custos associados. Embora represente um investimento financeiro, a qualidade do serviço e a garantia de conformidade com normas e regulamentações compensam esse custo adicional, tornando-a a escolha mais favorável para atender ao interesse público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos bens a serem adquiridos contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da Licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.

4.2. O objeto do presente estudo abrange a contratação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em aparelhos de ar-condicionado, sob demanda, com eventuais substituições de peças (filtro e gás), para atender a Administração Pública Municipal;

4.3. A manutenção preventiva consiste na revisão periódica dos aparelhos/equipamentos, com a finalidade de avaliar as condições de funcionamento dos aparelhos/equipamentos, além de detectar possíveis defeitos e desgastes em peças, acessórios e outros componentes, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento. Tem ainda a finalidade de proporcionar uma operação mais próxima possível das condições de projeto do equipamento, com melhor eficiência e menor consumo de energia.

4.4. Caracteriza-se como manutenção preventiva a realização dos seguintes procedimentos:

- a) Eliminação de sujeiras, danos e corrosões no gabinete, na moldura e na serpentina;
- b) Operação de drenagem de água da bandeja;
- c) Eliminação de vazamentos em mangueiras e condutos;
- d) Vedação dos painéis de fechamento de gabinetes;
- e) Lavagem da bandeja e serpentina com remoção do lodo, sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
- f) Limpeza do gabinete do condicionador;
- g) Limpeza do elemento filtrante, utilizando os meios e substâncias adequados;
- h) Verificação das condições de operação dos filtros;
- i) Verificação do estado de conservação do isolamento termo-acústico;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- j) Verificação de ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários;
- l) Verificação do nível de aquecimento do motor;
- m) Verificação da tubulação, termostato, tomada, chave seletora, e outros componentes elétricos;
- n) Realização de testes de vazamentos nas conexões e tubulações de gás refrigerante;
- o) Verificação da rede de dutos, corrigindo possíveis vazamentos;
- p) Verificação da tensão de alimentação e amperagem;
- q) Verificação do estado de conservação dos suportes externos de fixação da unidade condensadora (motor);
- r) Outros procedimentos preventivos recomendados no manual do equipamento ou em normas técnicas.

4.5. A manutenção corretiva consiste na solução de eventuais problemas, danos ou defeitos existentes, assim como os que venham a ocorrer no curso da execução do contrato, de forma a garantir o perfeito funcionamento dos aparelhos/equipamentos, **mediante a substituição de peças e componentes defeituosos, desgastados ou danificados**; execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos; restabelecimento da carga do gás refrigerante; dentre outros procedimentos que se façam necessários, tais como:

- a) **aplicação de materiais e produtos e peças tais como: substituição de filtros, graxas, solventes, produtos químicos de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferrugens, tinta, lixa, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamento de detritos, materiais para solda, zarcão, vaselina, gases refrigerantes, trapo, óleos lubrificantes, oxigênio, nitrogênio, acetileno, e outros materiais e produtos de limpeza em geral**;
- b) Correção da posição de drenos, dutos e mangueiras, reparo nas unidades condensadoras e evaporadoras; reparo ou substituição dos painéis de controle de temperatura; conserto de controle remoto;
- c) Revisão de todo o mecanismo de funcionamento, com os ajustes, regulagens e lubrificação necessárias, além de limpeza da unidade evaporadora e condensadora, com a detecção e correção de vazamento do fluido refrigerante do aparelho;
- d) Substituição dos suportes externos de fixação da unidade condensadora.

4.6. Os serviços de manutenção corretiva deverão abranger, conforme for o caso, a reposição de peças (filtro, gás e as demais citadas no **item 4.5. a)** acima, a visita do técnico especializado ao local do equipamento defeituoso, a sua retirada e reinstalação;

4.7. Visando a perfeita prestação dos serviços previstos neste Estudo Técnico, os materiais, as peças novas e insumos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, originais e/ou compatíveis com as recomendações do fabricante, com qualidade igual ou superior aos existentes nas instalações, reservando-se o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem reconicionados ou reaproveitados;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 4.8. A CONTRATADA deverá devolver ao CONTRATANTE os equipamentos, as peças e/ou acessórios que forem substituídos por ocasião dos serviços executados;
- 4.9. Na execução dos procedimentos de limpeza, a CONTRATADA deverá utilizar somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas, ou que venham causar danos ou corrosões nos equipamentos de ar-condicionado;
- 4.10. Os serviços deverão abranger todos os modelos e marcas de ar-condicionado atualmente existentes, bem como os aparelhos novos que vierem a ser adquiridos;
- 4.11. Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, devidamente equipados com os EPI's adequados para o serviço;
- 4.12. A contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita prestação dos serviços especificados neste Documento, arcando inclusive com os custos de mobilização e transporte;
- 4.13. Após a conclusão da manutenção, a empresa deverá fixar etiqueta adesiva em cada equipamento, visando identificar o nome da empresa e data de realização do serviço;
- 4.14. O prazo para atendimento dos chamados é de até 02 dias úteis, a partir da ordem de compras encaminhada pelo setor solicitante, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificativa, nos casos em que ocorrer a falta de peças de reposição ou outros fatores que prejudiquem a conclusão do reparo no tempo inicialmente previsto;
- 4.15. Os serviços deverão ser executados em dias úteis, no horário solicitado pelas diversas secretarias, nos endereços mencionados em ordem de compras. Excepcionalmente, poderá autorizar a execução dos serviços em dia não úteis. Excepcionalmente, **na hipótese de a manutenção corretiva não poder ser realizada nas dependências das unidades, será autorizada a retirada do equipamento, ficando sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA, o transporte do equipamento. A CONTRATADA será responsável pelos aparelhos/equipamentos que estejam em suas instalações até a devolução do equipamento ao CONTRATANTE.**
- 4.16. Os serviços serão executados pela empresa vencedora, não se admitindo recusa da parte daquele em decorrência de sobrecarga na sua capacidade.
- 4.17. A empresa a ser contratada deverá observar (no que couber) segundo um conjunto de instrumentos normativos sobre o assunto, dentre os quais destacamos:
- a) Lei Nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018 (Lei Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC);
 - b) Resolução nº 9/2003 – ANVISA;
 - c) ABNT NBR 13971:2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – Manutenção programada;
 - d) ABNT NBR 14679:2012 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
 - e) ABNT NBR 16401-3:2008 – Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior;
 - f) ABNT NBR 5410:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

4.18. A empresa a ser contratada deverá indicar Técnicos legalmente habilitados para a realização dos serviços de manutenção e de limpeza;

4.19. O profissional habilitado deverá apresentar certidão do CREA ou certidão CRT;

4.20. Os procedimentos para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva não devem proporcionar riscos à saúde dos trabalhadores que os executam e tampouco aos ocupantes dos ambientes climatizados.

4.21. A Contratada deverá dar garantia mínima dos serviços por 90 (noventa dias) dias, prazo este inclusive que abrange as peças e componentes eventualmente substituídos ou instalados. O prazo de garantia deve ser contado a partir do término do reparo do equipamento e sua disponibilidade para o uso em perfeitas condições de funcionamento;

4.22. A contratada, depois de notificada, deverá realizar os serviços com garantia nos mesmos termos contratuais estabelecidos e sem custo adicional para a Administração Municipal.

4.23. A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal, estadual ou distrital, além do cumprimento do disposto no artigo 7.º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei n.º 14.133/2021.

4.24. Considerando que a contratação de uma empresa sem experiência pode comprometer a qualidade dos serviços executados e que a interrupção na prestação dos serviços pode prejudicar as atividades e o funcionamento dos diversos setores da Administração Pública Municipal, recomenda-se que seja adotada, para fins **de comprovação da capacidade técnica da contratada**, a apresentação de atestado de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência do Fornecedor na execução de objeto semelhante ao da contratação, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 14.133/2021.

4.25. O vencedor dos deverá atender e efetuar a todos os requisitos abaixo descritos:

- a) Limpeza de evaporador
- b) Higienização de exaustor, cortina de ar, ar condicionado
- c) Limpeza de filtro de ar
- d) Verificar e eliminar frestas dos filtros
- e) Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante
- f) Verificar grades de ventilação/exaustão
- g) Verificar chave seletora
- h) Verificar atuação do termostato
- i) Verificar válvula reversora
- j) Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do compressor e motores
- k) Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor
- l) Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente
- m) Limpar bandeja condensação e dreno e sua operação
- n) Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete
- o) Lavas as serpentinas e bandejas com remoção do biofilme (iodo) sem o uso de produto desengraxante e corrosivo
- p) Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor)
- q) Verificar ruídos e vibrações anormais
- r) Medir o diferencial de pressão
- s) Verificar a operação dos controles de vazão
- t) Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- u) Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas
- v) Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos
- w) Verificar filtro e secador
- x) Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos
- y) Verificar nível de óleo do compressor
- z) Verificar a operação da válvula de expansão
 - aa) Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alto/baixa e óleo)
 - bb) Verificar e calibrar os dispositivos de segurança relés térmicos e fusíveis
 - cc) Verificar a calibragem e regulação do termostato de controle de temperatura do ambiente
 - dd) Eliminar dados e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja
 - ee) Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão
 - ff) Limpeza de condensador
 - gg) Troca de peças ou componentes para seu pleno funcionamento
 - hh) Verificar protetor térmico compressor
 - ii) Verificar estado de conservação do isolamento termoacústico do gabinete.
 - jj) Abastecer Gás refrigerante de acordo com cada equipamento e necessidade
 - kk) Substituir peças e periféricos sem ônus
 - ll) Higienização da Evaporadora
 - mm) Higienização Filtro Rotor Bandeja Condensação e Dreno
 - nn) Higienização Condensadora
 - oo) Higienização Serpentina da condensadora
 - pp) Higienização Cortina de Ar: Rotor;

Sustentabilidade

4.26. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.27. Segundo orientação de contratações sustentáveis do Ministério da Fazenda da União, o órgão verificará a real necessidade da demanda em cada caso, afim de reduzir contratação desnecessária.

4.28. Segundo os termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, a contratada deverá empregar meios para garantir os direitos dos trabalhadores, como por exemplo, medidas de proteção à saúde e segurança no ambiente de trabalho.

Subcontratação

4.29. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo para atendimento dos chamados é de até 02 dias úteis, a partir da ordem de compras encaminhada pelo setor solicitante, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificativa, nos casos em que ocorrer a falta de peças de reposição ou outros fatores que prejudiquem a conclusão do reparo no tempo inicialmente previsto;

5.2. Caso não seja possível a execução na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.3. Os serviços de manutenção deverão ser realizados nos locais solicitados e conforme endereço informado em ordem de compras, ficando a Administração Pública Municipal isenta de quaisquer custos com transportes e demais despesas com o objeto licitado.

5.4. A realização dos serviços de manutenção será de forma parcelada, de acordo com as necessidades de cada Secretaria, ficando a Secretaria isenta de quaisquer custos com transportes e demais despesas com o objeto licitado e a Contratada responsável por emitir relatório de cada serviço prestado.

5.5. A contratada fornecerá os equipamentos, ferramentas, aparelhos de medições e testes, além de seu transporte e tudo o mais que for necessário para disponibilizá-los, a fim de assegurar a prestação dos serviços.

5.6. Todo material usado na execução dos serviços é por conta da contratada, livre de qualquer pagamento adicional, inclusive todo material de consumo e limpeza destinado a viabilizar os trabalhos dos profissionais envolvidos na execução do objeto contratual, bem como imprescindíveis à execução dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionados, tais como: álcool, água destilada, óleos lubrificantes, detergentes, sabões, vaselina, estopas, panos, bombril, utensílios, e produtos químicos de limpeza, graxas e desengraxante, desincrustantes, produtos antiferrugem, WD40, solventes, materiais de escritório, fitas isolantes, fitas teflon veda rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, epóxi, colas araldite e super bonder, durepoxi, pilhas para lanterna e buchas de nylon, lixas, escolas de aço e nylon, massa de vedação, material de soldagem, brocas, oxigênios, nitrogênio, acetileno, placa principal do painel de comando e outros similares. Desse modo, a contratada deverá incluir no preço dos serviços os correspondentes custos.

5.7. O Município poderá se recusar a receber os produtos, caso estes estejam em desacordo com a proposta apresentada pela empresa.

5.8. Estão incluídos no valor da prestação de serviços, todos os insumos, encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais ou de qualquer natureza, bem como frete e seguro, se for o caso.

5.9. A Contratada deverá dar garantia mínima dos serviços por 90 (noventa dias) dias, prazo este inclusive que abrange as peças e componentes eventualmente substituídos ou instalados. O prazo de garantia deve ser contado a partir do término do reparo do equipamento e sua disponibilidade para o uso em perfeitas condições de funcionamento.

5.10. Contratada deverá enviar seus técnicos devidamente identificados, com crachá e uniformizados, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, responsabilizando-se pelo seu uso e retirando do local onde serão executados os serviços aqueles que se recusarem a fazer uso dos equipamentos.

5.11. A Contratada deverá fornecer um relatório datado e assinado com todos os serviços que foram executados em cada equipamento, indicando o dia em que foi feito, o modelo e o local onde o mesmo se encontra instalado.

5.12. Durante a visita, se possível for, deverá a Contratada já executar a prestação do serviço no local.

5.13. Caso sejam detectados defeitos que não possam ser resolvidos no local onde o equipamento se encontre, a Contratada deverá removê-lo e efetuar sua devolução no mesmo local até, no máximo, **2 (dois) dias**, sem qualquer ônus para o Contratante.

5.14. Na hipótese da necessidade de retirada do equipamento do local para conserto, todas as despesas decorrentes da remoção e devolução correrão por conta da Contratada.

5.15. Para que haja a retirada de qualquer equipamento, é INDISPENSÁVEL a emissão de autorização por escrito da Coordenação do Setor, devidamente assinada e datada,





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ficando expressamente proibida a remoção de qualquer equipamento sem a devida autorização da Coordenação.

5.16. Autorizada a retirada, a responsabilidade pela entrega do equipamento será da pessoa que assinou a autorização.

5.17. A prestação de serviços, seja no local ou no ato da devolução do equipamento, será fiscalizada por funcionário responsável, o que não eximirá a Contratada da responsabilidade pelo funcionamento, notadamente nos aspectos de qualidade, estado de conservação ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade do objeto em que foi prestado o serviço.

5.18. A Administração Municipal, representada por cada secretaria, reserva-se no direito de não receber os bens em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar sanções previstas neste Edital.

5.19. A estocagem de equipamento e material da contratada nas dependências da contratante será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a contratada deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.

5.20. É de responsabilidade da empresa Contratada manter limpos, livres e desimpedidos de sujeiras e restos de materiais, os locais de realização dos serviços, bem como todos os acessos e demais dependências da edificação utilizados.

5.21. As vias de acesso internas e externas não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados da contratada de forma a não prejudicar o desenvolvimento dos serviços de outros contratados que acaso poderão estar trabalhando concomitantemente.

5.22. Ocorrendo qualquer dano, avaria ou mancha, nos locais onde serão executados os serviços, bem como nas demais dependências e acessos à área de trabalho, a empresa Contratada deverá assumir a imediata reparação, restaurando as condições originais da edificação.

5.23. Os serviços deverão ser executados nos horários permitidos pela Coordenação de cada Setor solicitante (Fiscais do processo).

5.24. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o equipamento do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço.

5.25. Assumir integralmente as despesas relativas aos encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referente aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não terão qualquer vínculo empregatício com o contratante.

5.26. A empresa vencedora deverá executar os serviços em estrita conformidade com as disposições e especificações do edital de licitação, cumprindo fielmente o que estabelece as cláusulas e condições do contrato.

5.27. Através de representante (fiscal), exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

5.28. A prestação dos serviços será fiscalizada por funcionário responsável, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pela prestação dos serviços, notadamente nos aspectos de qualidade, ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade dos serviços ofertados.

5.29. A Contratada é obrigada a corrigir de imediato e às suas expensas, serviços que se encontrem com irregularidade.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.30. A Contratada manterá informada a Administração Municipal quanto a mudanças de endereço, telefones, zap e e-mail, ou qualquer outra mudança que seja de interesse desta municipalidade.

5.32. A contratada deverá deixar o equipamento em funcionamento na presença do responsável pelo setor e do fiscal do contrato.

Obrigações da contratada

5.33. Fornecer o objeto do Contrato de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e na proposta da Contratada.

5.34. Prestar os serviços, objeto de contratação, de acordo com as solicitações da Administração Municipal, com maior brevidade possível, conforme a disponibilidade e atenta aos prazos estabelecidos neste documento.

5.35. Prestar informação ao gestor/fiscal do contrato designado pelas diversas secretarias.

5.36. Emitir a Nota Fiscal fazendo discriminar no seu corpo a dedução dos impostos quando exigido pela contratante;

5.37. Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão de obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional;

5.38. Responsabilizar-se pelo bom comportamento se seus prepostos, podendo a Contratante solicitar a substituição de qualquer técnico cuja permanência seja, a critério da Contratante, considerada inadequada na área de trabalho;

5.39. Executar os serviços contratados observando as normas adotadas pela Contratante, quando prévia e expressamente formalizada à Contratada;

5.40. Zelar para que seus prepostos envolvidos na prestação dos serviços contratados se apresentem convenientemente trajados e devidamente identificados;

5.41. Orientar o Contratante quanto ao melhor uso dos equipamentos;

5.42. Manter técnicos habilitados na realização do serviço e com certificação exigida;

5.43. Ter responsabilidade técnica pelos serviços realizados;

5.44. Não subcontratar, sob nenhum pretexto ou hipótese, os serviços objeto do Contrato;

5.45. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, especialmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;

5.46. Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

5.47. Executar os serviços conforme o estabelecido no Contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;

5.48. Executar os serviços com equipamentos e vestuário apropriados, respeitando as normas referentes à segurança e acidente do trabalho;

5.49. Reparar, corrigir, remover ou substituir o material, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;

5.50. Entregar ao final dos serviços laudo e garantia referente a cada aparelho de ar condicionado, sendo a garantia pelo período de 90 dias.

5.51. O contratado deverá atender todos os requisitos abaixo descritos na manutenção geral:

5.51.1. Limpeza de evaporador;

5.51.2. Higienização dos ares condicionados;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





- 5.51.3. Limpeza de filtro de ar;
- 5.51.4. Verificar e eliminar frestas dos filtros;
- 5.51.5. Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante;
- 5.51.6. Verificar grades de ventilação/exaustão;
- 5.51.7. Verificar chave seletora;
- 5.51.8. Verificar atuação do termostato;
- 5.51.9. Verificar válvula reversora;
- 5.51.10. Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do compressor e motores;
- 5.51.11. Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor;
- 5.51.12. Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente;
- 5.51.13. Limpar bandeja condensação e dreno e sua operação;
- 5.51.14. Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete;
- 5.51.15. Lavas as serpentinas e bandejas com remoção do biofilme (iodo) sem o uso de produto desengraxante e corrosivo;
- 5.51.16. Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor);
- 5.51.17. Verificar ruídos e vibrações anormais;
- 5.51.18. Medir o diferencial de pressão;
- 5.51.19. Verificar a operação dos controles de vazão;
- 5.51.20. Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores;
- 5.51.21. Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas;
- 5.51.22. Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos;
- 5.51.23. Verificar filtro e secador;
- 5.51.24. Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos;
- 5.51.25. Verificar nível de óleo do compressor;
- 5.51.26. Verificar a operação da válvula de expansão;
- 5.51.27. Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alto/baixa e óleo);
- 5.51.28. Verificar e calibrar os dispositivos de segurança relés térmicos e fusíveis;
- 5.51.29. Verificar a calibragem e regulação do termostato de controle de temperatura do ambiente;
- 5.51.30. Eliminar dados e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja;
- 5.51.31. Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão;
- 5.51.32. Limpeza de condensador;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.51.33. Troca de peças ou componentes para seu pleno funcionamento;
- 5.51.34. Verificar protetor térmico compressor;
- 5.51.35. Verificar estado de conservação do isolamento termoacústico do gabinete;
- 5.51.36. Abastecer Gás refrigerante de acordo com cada equipamento e necessidade.

Obrigações da contratante

- 5.52. Fornecer à Contratada todas as informações relacionadas ao objeto deste Termo;
- 5.53. Designar representante para exercer a fiscalização dos serviços contratados e atestá-los;
- 5.54. Notificar por escrito a Contratada, a respeito de qualquer irregularidade constatada na prestação dos serviços;
- 5.55. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- 5.56. Não permitir o manuseio de equipamento para constatação de defeito no sistema de climatização, por pessoas que não sejam os técnicos da contratada.
- 5.57. Efetuar o pagamento à empresa contratada de acordo com as condições de preço e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência;

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e artigo 9º do Decreto Municipal n. 7.361/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput.

7. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 7.1. Compete ao fiscal o acompanhamento da execução do objeto contratual, tendo por parâmetro os resultados previstos, visando à qualidade da prestação, em especial, nos termos do artigo 8º do Decreto n.7361/2023:





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- I. acompanhar o cronograma de execução do contrato, monitorando os prazos e condições de entrega;
- II. acompanhar sistematicamente a execução do objeto da contratação;
- III. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- IV. aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados em consonância com o previsto no contrato, nos termos do inciso VI, art. 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- V. apurar a importância a ser paga e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação, com base no contrato e nos comprovantes de entrega do bem ou de efetiva prestação do serviço;
- VI. comunicar formalmente a contratada em caso de descumprimento de cláusulas contratuais, para que esta tome as providências cabíveis à regularização de faltas ou defeitos;
- VII. examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e formalizar o atesto da prestação do serviço ou recebimento dos bens;
- VIII. fazer diligências junto à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas reuniões;
- IX. informar ao gestor, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- X. manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;
- XI. receber provisoriamente, aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade;
- XII. solicitar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, a expensas do contratado, no total ou em parte, de objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- XIII. no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XII deste artigo:
 - a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
 - b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
 - c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais.

8. DO GESTOR DO CONTRATO

8.1. Compete ao gestor o acompanhamento dos aspectos administrativos do contrato, em especial (artigo 7º do Decreto Municipal n. 7.361/2023):

- I - acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em instrumento convocatório e contrato e das exigências legais;
- II - conferir a importância a ser paga, constante no documento comprobatório da despesa, com base no contrato, na nota de empenho e no ateste do fiscal do contrato;
- III - manifestar-se sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos, observando-se o prazo de um mês ou aquele estabelecido em contrato para emissão de decisões pela Administração;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- IV - manter controle atualizado dos saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;
- V - orientar os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições;
- VI - promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;
- VII - promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, de que trata o art. 9º deste decreto, após a assinatura do contrato;
- VIII - providenciar, quando necessário, a formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais; realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;
- IX - receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, observando-se o disposto no capítulo IV deste decreto;
- X - tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização e subsidiar o ordenador de despesas na aplicação de penalidades advindas de inexecução parcial ou total do contrato;
- XI - verificar o cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- XII - zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro do contrato, avaliando e promovendo as solicitações conforme o caso;
- XIII - constituir o relatório final, de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da administração pública municipal.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 9.1. A avaliação da execução do objeto será realizada responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 9.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - a) não produzir os resultados acordados,
 - b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do Recebimento

- 9.3. Nos termos do artigo 11 do Decreto Municipal n. 7.361/2023, o recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma:
 - I - na hipótese de obras ou prestação de serviços:
 - a. provisoriamente, pelo fiscal, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico previamente definidos no contrato;
 - b. definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
 - II. na hipótese de fornecimento de bens:
 - a. provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

b. definitivamente, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

III. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no contrato.

IV. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato e o especificado no Termo de Referência.

V. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

VI. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:

a. aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;

b. serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

Liquidação

9.4. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, conforme cronograma de pagamentos elaborado pela Secretaria Municipal de Fazenda.

9.5. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal, Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.5.1. o prazo de validade;
- 9.5.2. a data da emissão;
- 9.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.5.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.5.5. o valor a pagar; e
- 9.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.7. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.8. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas;

9.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

9.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

9.11. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa;

9.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.13. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da finalização da despesa, conforme cronograma de pagamentos elaborados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

Forma de pagamento

9.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.15. Será considerada data do pagamento o dia em que for realizada a transferência bancária para conta de titularidade do contratado.

9.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.18. Serão observadas as normas relativas à retenção do imposto de renda dispostas no Decreto Municipal n. 6.909/2023.

9.19. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **Licitação**, na modalidade **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento por **MENOR PREÇO**, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será PARCELADO, conforme solicitado pela Administração Municipal.

10.3. A entrega do objeto será fiscalizada por funcionário responsável, o que não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelo fornecimento, notadamente nos aspectos de

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

qualidade, estado de conservação, ou quaisquer outras alterações que venham interferir na qualidade do objeto ofertado.

10.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de imediato, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.8. A contratada se responsabilizará com os custos decorrentes da execução do objeto, como por exemplo, deslocamento e traslado.

10.9. Os produtos serão objeto de recebimento provisório e definitivo, nos termos da lei de licitações 14.133 de 2021.

Exigências de habilitação

10.10. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.11. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.12. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.13. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.15. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

10.16. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.17. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

10.18. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

10.19. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.20. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.21. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.22. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.23. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Certidão Negativa de Débitos da Receita Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.25. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.26. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.27. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual.

Qualificação Econômico-Financeira

10.28. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

10.29. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10.30. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida, desde que prevista em edital, a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, ainda que se trate de licitação realizada presencialmente nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 14.133,

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

de 1º de abril de 2021, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

10.31. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com padrão ICP-Brasil.

Qualificação Técnica

10.32. A análise da Qualificação Técnica será comprovada e analisada mediante apresentação dos seguintes documentos:

10.32.1. Atestado de capacidade técnica, experiência em assistência técnica, exclusivamente, em nome do licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços semelhantes e compatíveis com objeto desta licitação.

10.33. O profissional habilitado deverá apresentar certidão do CREA ou certidão CRT;

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

Justificativa

11.2. O Agente de contratação irá trabalhar com os valores estimados: onde os mesmos já foram orçados conforme Instrução Normativa vigente e servirão de parâmetros no momento das negociações, dando base de cálculo para valor inexecutável ou no valor excedente.

11.3. O orçamento será sigiloso devido a possível variação de preços significativa nas amostras colhidas nos orçamentos do setor solicitante, da variação de mercado e com isso dando maior segurança ao Agente de contratação para negociar com preço real com o Licitante.

11.4. Evitar o efeito âncora: O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público, economicidade e eficiência, sobretudo) solicitamos que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato/ata de registro de preços.

11.5. Dessa forma, entende-se que a pertinência do orçamento sigiloso é uma forma de “forçar” os fornecedores a apresentar a sua melhor proposta sem estar vinculado aos orçamentos que foram realizados pelo setor solicitante.

11.6. A divulgação, conforme disposto no item anterior, é fundamentada no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art. 24 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

11.7. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

11.7.1. O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

11.8. No art.12 da Instrução Normativa nº de 30 de setembro de 2022.:

11.8.1. § 1º Para fins do disposto no caput, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observado o § 1º do art. 30.

Observação

11.9. Toda a pesquisa de mercado realizada pelo setor solicitante está disponível para os órgãos de controle interno e externo e se tornará pública para todos os interessados imediatamente após o encerramento do envio de lances.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

12.2. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Secretaria Municipal de Administração

Ação: 2016

Gestão/Unidade: 002/001

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0043

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 17

Secretaria Municipal de Infraestrutura

Ação: 2169

Gestão/Unidade: 02/06

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0043

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 132
Interno: 209

Ação: 2019

Gestão/Unidade: 02/06

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 131

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Ação: 2234

Gestão/Unidade: 02/011

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0043

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 616

Secretaria Municipal Desenvolvimento

Ação: 2096

Gestão/Unidade: 02/07

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0043

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 247
Interno: 273

Ação: 2032

Gestão/Unidade: 02/07

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0043

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano

Secretaria Municipal de Educação

Ação: 2221

Gestão/Unidade: 02/08

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0043

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 331
363

Ação: 2050

Gestão/Unidade: 02/08

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0003

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno:





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Ação: 2216

Gestão/Unidade: 02/08

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0003

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 401
Interno: 441

Ação: 2215

Gestão/Unidade: 02/08

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0003

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Ação: 2252

Gestão/Unidade: 02/034

Fonte de Recursos: 150000000000
150000000000

Programa de Trabalho: 0115

Elemento de Despesa: 3.33.90.39
3.33.90.39

Subelemento: 17 e 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 732
Interno: 695

Ação: 2252

Gestão/Unidade: 02/034

Fonte de Recursos:

Programa de Trabalho: 0115

Elemento de Despesa:

Subelemento: 17 e 15

Dotação Orçamentária/Plano

Secretaria Municipal de Assistência Social

Ação: 2278

Gestão/Unidade: 02/010

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 029

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Subelemento:15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 1097

Procuradoria

Ação: 2171

Gestão/Unidade: 02/014

Fonte de Recursos: 150000000000

Programa de Trabalho: 0043

Elemento de Despesa: 3.33.90.39

Subelemento: 15

Dotação Orçamentária/Plano Interno: 681

Campo Belo/MG, 13 de maio de 2026.

Cristiana Felício Porto - Matrícula: 15896

Secretária Municipal de Administração

Maria de Fátima Freire Furtado – Matrícula: 23898

Secretária de Assistência Social

Ronaldo Pimenta Mendes – Matrícula: 90677

Secretário de Desenvolvimento

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rosana Junqueira Neves Silveira – Matrícula: 17112
Secretária de Educação

Maria Paula de Arruda Campos Avanzi de Almeida – Matrícula: 90183
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Lucas Vieira Furtado – Matrícula: 89431
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Cristiano Casarino – Matrícula: 39138
Secretário de Infraestrutura

Josislaine de Oliveira Gouvea – Matrícula: 40979
Procuradora-Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Campo Belo/MG

Setor requisitante: Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social e Procuradoria-Geral do Município.

Processo Digital: 18587/2026

2. Equipe de Planejamento/Multidisciplinar:

Membro da equipe de planejamento/Multidisciplinar:

Nome: Aline Teixeira de Castro **Matrícula:** 89816

Membro(s) Suplente da equipe de planejamento/Multidisciplinar:

Nome: Lisley Rocha Silva **Matrícula:** 13221

Membro(s) Suplente da equipe de planejamento/Multidisciplinar:

Nome: Fernanda Barbosa Lopes **Matrícula:** 88698

3. Equipe de gestão e fiscalização contratual

Secretaria Municipal de Administração

Gestor(a) Titular:

Nome: Rodrigo Rostelato da Silva **Matrícula:** 84799

Gestor(a) Suplente:

Nome: Karoline Mendonça da Silva **Matrícula:** 90063

Fiscal Titular:

Nome: Fábio Vilela Santos **Matrícula:** 85011

Fiscal Suplente:

Nome: Josianne Arantes do Nascimento **Matrícula:** 90766

Secretaria Municipal de Educação

Gestor(a) Titular:

Nome: Odair José de Mendonça **Matrícula:** 89091

Gestor(a) Suplente:

Nome: Thaís Rodrigues Tavares **Matrícula:** 89475

Fiscal Titular:

Nome: Deyvisson Barbosa Silva **Matrícula:** 90704

Fiscal Suplente:

Nome: André Arantes Melo Nascimento **Matrícula:** 90670

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Gestor(a) Titular:

Nome: Henrique Tadeu Lopes **Matrícula:** 89252

Gestor(a) Suplente:

Nome: Cláudio Nicolau de Oliveira **Matrícula:** 23816

Fiscal Titular:

Nome: Sérgio Alípio Assaf Helo **Matrícula:** 23152

Fiscal Suplente:

Nome: Jéssica Aparecida Oliveira G. Bolina **Matrícula:** 88976

Secretaria Municipal de Desenvolvimento

Gestor(a) Titular:

Nome: Gisele Silva Ribeiro **Matrícula:** 23754

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Gestor(a) Suplente:

Nome: Dayane Larissa Oliveira

Matrícula: 83014

Fiscal Titular:

Nome: Maria Helena Aparecida Alves

Matrícula: 89912

Fiscal Suplente:

Nome: Wesley Ferreira de Paula

Matrícula: 830583

Secretaria Municipal de Assistência Social**Gestor(a) Titular:**

Nome: Rodrigo Maciel e Bastos

Matrícula: 23674

Gestor(a) Suplente:

Nome: Bruno Diego Silva

Matrícula: 90646

Fiscal Titular:

Nome: Pedro Henrique Acerbi Almeida

Matrícula: 86498

Fiscal Suplente:

Nome: Matheus Teixeira Bernardes

Matrícula: 91200

Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo**Gestor(a) Titular:**

Nome: Luana Felipe Corrêa

Matrícula: 90617

Gestor(a) Suplente:

Nome: Fábio Miranda Moreia

Matrícula: 23807

Fiscal Titular:

Nome: Paulo Henrique Vituriano dos Passos

Matrícula: 23807

Fiscal Suplente:

Nome: Liliane Amancio Bernardes Fidelis

Matrícula: 90777

Secretaria Municipal de Infraestrutura**Gestor(a) Titular:**

Nome: Fábio Gabriel Tupinambá Nascimento

Matrícula: 90964

Gestor(a) Suplente:

Nome: Joel Gonçalves Candido

Matrícula: 85432

Fiscal Titular:

Nome: Thaís Barbosa Vasconcelos

Matrícula: 90734

Fiscal Suplente:

Nome: Claudneia Guedes Moreira

Matrícula: 17569

Procuradoria-Geral do Município**Gestor(a) Titular:**

Nome: Camila Ferreira Rodrigues Ramos

Matrícula: 91054

Gestor(a) Suplente:

Nome: Dayanna Cristina Pereira Nunes

Matrícula: 50411

Fiscal Titular:

Nome: Rheysla Ester de Almeida Neves

Matrícula: 50402

Fiscal Suplente:

Nome: Thiago Augusto Schmidt de Melo

Matrícula: 40880

4. Descrição da necessidade:

É evidente a necessidade de efetuar processo licitatório para a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com o fornecimento de peças (filtro) e gás para os sistemas de climatização do prédio administrativo e diversas secretarias da Administração Pública Municipal.





Pautado pelo compromisso com a excelência na prestação de serviços, requer atenção imediata em procedimento licitatório para viabilizar a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com o fornecimento de peças e gás para os sistemas de climatização.

A necessidade de contratar uma empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva de ar-condicionado, incluindo peças para conserto, é fundamentada na garantia da qualidade, eficiência e segurança dos sistemas de climatização em espaços de interesse público.

Sob a perspectiva do interesse público, essa contratação se justifica pelos seguintes pontos:

- **Manutenção da Qualidade do Ambiente Interno:** Os sistemas de ar-condicionado são essenciais para manter ambientes internos confortáveis e saudáveis em locais de interesse público. A manutenção corretiva e preventiva garante que esses sistemas operem de forma eficiente, proporcionando conforto térmico e qualidade do ar para os ocupantes desses espaços.
- **Preservação da Saúde Pública:** A manutenção adequada dos sistemas de ar condicionado é crucial para prevenir a propagação de doenças respiratórias e alergias, pois ajuda a eliminar agentes patogênicos e alérgenos do ar, como poeira, mofo e bactérias. Isso contribui para proteger a saúde dos usuários desses espaços públicos, especialmente em locais de grande circulação de pessoas.
- **Eficiência Energética e Sustentabilidade:** A manutenção preventiva dos sistemas de ar-condicionado ajuda a garantir sua eficiência energética, reduzindo o consumo de energia e os custos operacionais. Além disso, a manutenção adequada contribui para a redução do impacto ambiental desses sistemas, promovendo práticas sustentáveis de conservação de energia e recursos naturais.
- **Segurança e Conformidade com Normas:** A contratação de uma empresa especializada assegura que a manutenção dos sistemas de ar-condicionado seja realizada por profissionais qualificados e em conformidade com as normas técnicas e regulamentações vigentes. Isso garante a segurança dos usuários e a conformidade com requisitos legais e de segurança relacionados à operação desses equipamentos.

Portanto, a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com o fornecimento de gás para os sistemas de climatização, é essencial para atender às necessidades do interesse público, garantindo conforto, saúde, eficiência energética, segurança e conformidade com normas e regulamentações em espaços de uso coletivo.

A fundamentação legal para esta demanda está embasada na Lei 13.589/2018, que determina a obrigatoriedade da manutenção de sistemas de ar condicionado em edifícios públicos e privados, garantindo assim a conformidade legal.

Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. Previsão no Plano Anual de Contratações:

Secretaria de Administração:

O objeto desta contratação está previsto no Plano Anual de Contratações de 2026,

Item: 30

Prioridade: Média

Descrição do objeto: Manutenção e higienização de ar condicionado da Secretaria Municipal de Administração, com a justificativa: Limpeza, higienização e manutenção dos ares condicionados do prédio da Prefeitura e setores da Secretaria de Administração. Ação: 2016. Fonte de recurso: Próprio.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Desenvolvimento:

Item: 14

Prioridade: Média

Descrição do Objeto: Manutenção e limpeza de ar condicionado

Justificativa: Limpeza e manutenção dos ares condicionados instalados na Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Fonte de Recurso: Próprio

Item: 72

Prioridade: Média

Descrição do Objeto: Manutenção e limpeza de ar condicionado. Justificativa: Manutenção e limpeza do ar condicionado PROCON. Fonte de Recurso: Próprio

Secretaria de Meio Ambiente:

O presente objeto está alinhado ao Plano de Contratações Anual (PCA) – 2026, Item 82, Grau de Prioridade: baixa. Justificativa: Atende às necessidades de manutenção física e estrutural da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Secretaria de Educação:

Item: 55

Prioridade: Alta

Descrição do Objeto: Manutenção preventiva e limpeza de ar condicionado. Justificativa: Contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção preventiva e higienização dos equipamentos de ar condicionado do prédio da Secretaria Municipal de Educação, Escolas Municipais Urbanas e do Campo, CEMEI's, CEOM Norte, CEOM Sul e Cefet-MG. Fonte de Recurso: Próprio

Secretaria de Esporte, Cultura e Turismo:

No Item 119 – Serviço de Manutenção e Limpeza de aparelhos de ar-condicionado para atender à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo; grau de prioridade: muito baixa; recurso: próprio. Justificativa: Serviço de Manutenção e Limpeza de aparelhos de ar-condicionado para atender à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo.

Secretaria de Assistência Social:

Item: 66

Prioridade: Alta

Descrição do Objeto: Manutenção e higienização de aparelhos de ar condicionado. Justificativa: Manutenção e higienização de aparelhos de ar condicionado da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fonte de Recurso: Especial

Secretaria de Infraestrutura:

Item: 32

Prioridade: Alta

Descrição do Objeto: Contratação de empresa para manutenção de ar condicionado. Justificativa: Se faz necessária para garantir o bom funcionamento dos equipamentos, preservar sua vida útil e assegurar um ambiente confortável e saudável para colaboradores, usuários e demais frequentadores do espaço.

Fonte de Recurso: 1500 - Próprio

Item: 142

Prioridade: Alta





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Descrição do Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção. Justificativa: É imprescindível para garantir a continuidade, qualidade e estabilidade da transmissão de sinal televisivo.

Fonte de Recurso: 1500 - Próprio

Procuradoria:

Item: 01

Prioridade: média

Descrição do Objeto: Manutenção de sistema e limpeza de ar-condicionado.

Justificativa: Serviços necessários para garantir o bom funcionamento dos aparelhos e sua vida útil.

Fonte de Recurso: Próprio

6. Requisitos da Contratação:

A descrição dos bens a serem adquiridos contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da Licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.

O objeto do presente estudo abrange a contratação de **serviços de manutenção corretiva e preventiva em aparelhos de ares condicionados**, sob demanda, realizando a limpeza total e **com eventuais substituições de peças (filtro e gás)**, para atender a Administração Pública Municipal;

A manutenção preventiva consiste na revisão periódica dos aparelhos/equipamentos, com a finalidade de avaliar as condições de funcionamento dos aparelhos/equipamentos, além de detectar possíveis defeitos e desgastes em peças, acessórios e outros componentes, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento. Tem ainda a finalidade de proporcionar uma operação mais próxima possível das condições de projeto do equipamento, com melhor eficiência e menor consumo de energia.

Caracteriza-se como manutenção **preventiva** a realização dos seguintes procedimentos:

- a) Eliminação de sujeiras, danos e corrosões no gabinete, na moldura e na serpentina;
- b) Operação de drenagem de água da bandeja;
- c) Eliminação de vazamentos em mangueiras e condutos;
- d) Vedação dos painéis de fechamento de gabinetes;
- e) Lavagem da bandeja e serpentina com remoção do lodo, sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos;
- f) Limpeza do gabinete do condicionador;
- g) Limpeza do elemento filtrante, utilizando os meios e substâncias adequados;
- h) Verificação das condições de operação dos filtros;
- i) Verificação do estado de conservação do isolamento termo-acústico;
- j) Verificação de ruídos e vibrações anormais, procedendo aos ajustes e correções necessários;
- l) Verificação do nível de aquecimento do motor;
- m) Verificação da tubulação, termostato, tomada, chave seletora, e outros componentes elétricos;
- n) Realização de testes de vazamentos nas conexões e tubulações de gás refrigerante;
- o) Verificação da rede de dutos, corrigindo possíveis vazamentos;
- p) Verificação da tensão de alimentação e amperagem;





- q) Verificação do estado de conservação dos suportes externos de fixação da unidade condensadora (motor);
- r) Outros procedimentos preventivos recomendados no manual do equipamento ou em normas técnicas.

A manutenção **corretiva** consiste na solução de eventuais problemas, danos ou defeitos existentes, assim como os que venham a ocorrer no curso da execução do contrato, de forma a garantir o perfeito funcionamento dos aparelhos/equipamentos, **mediante a substituição de peças e componentes defeituosos, desgastados ou danificados**; execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos; restabelecimento da carga do gás refrigerante e filtro; dentre outros procedimentos que se façam necessários, tais como:

- a) aplicação de materiais e produtos e peças tais como: substituição de filtros, graxas, solventes, produtos químicos de limpeza, materiais contra a corrosão e para proteção antiferrugens, tinta, lixa, fita isolante, álcool, filtro secador, espuma de vedação, massa de vedação, vaselina, estopas, sacos plásticos para acondicionamento de detritos, materiais para solda, zarcão, vaselina, gases refrigerantes, trapo, óleos lubrificantes, oxigênio, nitrogênio, acetileno, e outros materiais e produtos de limpeza em geral;
- b) Correção da posição de drenos, dutos e mangueiras, reparo nas unidades condensadoras e evaporadoras; reparo ou substituição dos painéis de controle de temperatura; conserto de controle remoto; c) Revisão de todo o mecanismo de funcionamento, com os ajustes, regulagens e lubrificação necessárias, além de limpeza da unidade evaporadora e condensadora, com a detecção e correção de vazamento do fluido refrigerante do aparelho;
- d) Substituição dos suportes externos de fixação da unidade condensadora.

Os serviços de manutenção corretiva deverão abranger, conforme for o caso, a reposição de peças (filtro, gás e as demais citadas no **item** acima, a visita do técnico especializado ao local do equipamento defeituoso, a sua retirada e reinstalação;

Visando a perfeita prestação dos serviços previstos neste Estudo Técnico, os materiais, as peças novas e insumos fornecidos deverão ser de primeira qualidade, originais e/ou compatíveis com as recomendações do fabricante, com qualidade igual ou superior aos existentes nas instalações, reservando-se o direito de recusar qualquer material ou produto que apresentarem indícios de serem reconicionados ou reaproveitados;

A CONTRATADA deverá devolver ao CONTRATANTE os equipamentos, as peças e/ou acessórios que forem substituídos por ocasião dos serviços executados;

Na execução dos procedimentos de limpeza, a CONTRATADA deverá utilizar somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e mutagênicas, ou que venham causar danos ou corrosões nos equipamentos de ar-condicionado;

Os serviços deverão abranger todos os modelos e marcas de ar-condicionado atualmente existentes, bem como os aparelhos novos que vierem a ser adquiridos;
Os serviços deverão ser executados por profissionais especializados, devidamente equipados com os EPI's adequados para o serviço;

A contratada deverá fornecer os equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários para a perfeita prestação dos serviços especificados neste Documento, arcando inclusive com os custos de mobilização e transporte;





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Após a conclusão da manutenção, a empresa deverá fixar etiqueta adesiva em cada equipamento, visando identificar o nome da empresa e data de realização do serviço;

O prazo para atendimento dos chamados é de até 02 dias úteis, a partir da ordem de compras encaminhada pelo setor solicitante, podendo este prazo ser prorrogado mediante justificativa, nos casos em que ocorrer a falta de peças de reposição ou outros fatores que prejudiquem a conclusão do reparo no tempo inicialmente previsto;

Os serviços deverão ser executados em dias úteis, no horário solicitado pelas diversas secretarias, nos endereços mencionados em ordem de compras. Excepcionalmente, poderá autorizar a execução dos serviços em dia não úteis. Excepcionalmente, na hipótese de a manutenção corretiva não poder ser realizada nas dependências das unidades, será autorizada a retirada do equipamento, ficando sob a responsabilidade da empresa CONTRATADA, o transporte do equipamento. A CONTRATADA será responsável pelos aparelhos/equipamentos que estejam em suas instalações até a devolução do equipamento ao CONTRATANTE.

Os serviços serão executados pela empresa vencedora, não se admitindo recusa da parte daquele em decorrência de sobrecarga na sua capacidade.

A empresa a ser contratada deverá observar (no que couber) segundo um conjunto de instrumentos normativos sobre o assunto, dentre os quais destacamos:

- a) Lei Nº 13.589, de 4 de janeiro de 2018 (Lei Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC);
- b) Resolução nº 9/2003 – ANVISA;
- c) ABNT NBR 13971:2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento – Manutenção programada;
- d) ABNT NBR 14679:2012 – Sistemas de condicionamento de ar e ventilação – Execução de serviços de higienização;
- e) ABNT NBR 16401-3:2008 – Instalações de ar-condicionado - Sistemas centrais e unitários - Parte 3: Qualidade do ar interior;
- f) ABNT NBR 5410:2008 - Instalações elétricas de baixa tensão.

A empresa a ser contratada deverá indicar Técnicos legalmente habilitados para a realização dos serviços de manutenção e de limpeza;

O profissional habilitado deverá apresentar certidão do CREA ou certidão CRT;

Os procedimentos para realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva não devem proporcionar riscos à saúde dos trabalhadores que os executam e tampouco aos ocupantes dos ambientes climatizados.

A Contratada deverá dar garantia mínima dos serviços por 90 (noventa dias) dias, prazo este inclusive que abrange as peças e componentes eventualmente substituídos ou instalados. O prazo de garantia deve ser contado a partir do término do reparo do equipamento e sua disponibilidade para o uso em perfeitas condições de funcionamento;

A contratada, depois de notificada, deverá realizar os serviços com garantia nos mesmos termos contratuais estabelecidos e sem custo adicional para a Administração Municipal.

A habilitação dos interessados deverá compreender a documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal e trabalhista, à regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas federal, estadual ou distrital,





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

além do cumprimento do disposto no artigo 7.º, XXXIII da Constituição Federal. Esses requisitos estão previstos nos artigos 62 e 63 da Lei n.º 14.133/2021.

Considerando que a contratação de uma empresa sem experiência pode comprometer a qualidade dos serviços executados e que a interrupção na prestação dos serviços pode prejudicar as atividades e o funcionamento dos diversos setores da Administração Pública Municipal, recomenda-se que seja adotada, para fins **de comprovação da capacidade técnica da contratada**, a apresentação de atestado de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a experiência do Fornecedor na execução de objeto semelhante ao da contratação, nos termos do artigo 67 da Lei n.º 14.133/2021.

O vencedor deverá atender e efetuar a todos os requisitos abaixo descritos:

- qq) Limpeza de evaporador
- rr) Higienização de exaustor, cortina de ar, ar condicionado
- ss) Limpeza de filtro de ar
- tt) Verificar e eliminar frestas dos filtros
- uu) Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante
- vv) Verificar grades de ventilação/exaustão
- ww) Verificar chave seletora
- xx) Verificar atuação do termostato
- yy) Verificar válvula reversora
- zz) Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, do compressor e motores
- aaa) Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor
- bbb) Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente
- ccc) Limpar bandeja condensação e dreno e sua operação
- ddd) Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete
- eee) Lavas as serpentinas e bandejas com remoção do biofilme (iodo) sem o uso de produto desengraxante e corrosivo
- fff) Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor)
- ggg) Verificar ruídos e vibrações anormais
- hhh) Medir o diferencial de pressão
- iii) Verificar a operação dos controles de vazão
- jjj) Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores
- kkk) Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas
- lll) Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos
- mmm) Verificar filtro e secador
- nnn) Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos
- ooo) Verificar nível de óleo do compressor
- ppp) Verificar a operação da válvula de expansão
- qqq) Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alto/baixa e óleo)
- rrr) Verificar e calibrar os dispositivos de segurança relés térmicos e fusíveis
- sss) Verificar a calibragem e regulação do termostato de controle de temperatura do ambiente
- ttt) Eliminar dados e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja
- uuu) Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão
- vvv) Limpeza de condensador
- www) Troca de peças ou componentes para seu pleno funcionamento
- xxx) Verificar protetor térmico compressor
- yyy) Verificar estado de conservação do isolamento termo-acústico do gabinete.
- zzz) Abastecer Gás refrigerante de acordo com cada equipamento e necessidade

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- aaaa) Substituir peças e periféricos sem ônus
- bbbb) Higienização da Evaporadora
- cccc) Higienização Filtro Rotor Bandeja Condensação e Dreno
- dddd) Higienização Condensadora
- eeee) Higienização Serpentina da condensadora
- ffff) Higienização Cortina de Ar: Rotor;

Referente à sustentabilidade ambiental: A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos irritantes para o consumidor, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais (os insumos fornecidos na contratação deverão respeitar as normas da ABNT, quanto à correta destinação dos resíduos sólidos); seguindo, no que couber, com os termos definidos na Instrução Normativa SLTI nº 1, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG.

7. Quantidade a ser contratada

LOTE 01			
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 7 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	6
2	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 7,5 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	4
3	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 9 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	67
4	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 12 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	270
5	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 18 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	82
6	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Teto", de 18 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	8





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

7	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 19 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	16	
8	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 22 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	42	
9	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split", de 24 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	60	
10	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Teto", de 24 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	10	
11	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Piso Teto", de 40 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	10	
12	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Teto", de 47 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	54	
13	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo "Split Teto", de 60 mil BTUs, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	8	
14	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de cortina de ar, de 1,2m, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	8	
15	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de cortina de ar, de 0,9m, incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	4	
16	Manutenção preventiva e corretiva em aparelho de ar condicionado, tipo parede/janela (monobloco), de 21 mil BTUs incluindo limpeza total conforme especificação constante no Estudo Técnico Preliminar e neste documento.	Serviço	4	

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





- **Observação:** o quantitativo a ser contratado foi baseado nos ares condicionados já instalados nas diversas Secretarias Municipais.

8. Levantamento de Mercado:

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação (apresentados no item 6), a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou características:

- I - O objeto demandado possui contratações similares feitas pelo Município de Campo Belo e por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- II - Dentre as soluções possíveis no mercado, a mais indicada para o objetivo da contratação é o procedimento licitatório.
- III - As cotações foram feitas em empresas especializadas e que demonstraram interesse ao objeto deste.
- IV - Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições.

Foram realizadas pesquisas no que tange à contratação do serviço em questão no âmbito de outros Órgãos da Administração Pública, com o objetivo de verificar as soluções compatíveis/similares que venham a dar atendimento aos requisitos e necessidades apresentadas no presente estudo.

Com base nos requisitos definidos foram realizados pesquisas e levantamento junto ao mercado, que apresentou empresas com condições técnicas e interesse em prestar o serviço. De posse desse estudo, foi possível adequar o tipo de solução escolhida à realidade da Administração, onde a empresa apresentou melhor custo benefício não trazendo prejuízo e danos ao patrimônio público, com base no preço dos serviços demandados.

9. Estimativa do valor:

O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

Justificativa:

O Agente de contratação irá trabalhar com os valores estimados: onde os mesmos já foram orçados conforme Instrução Normativa vigente e servirão de parâmetros no momento das negociações, dando base de cálculo para valor inexecutável ou no valor excedente.

O orçamento será sigiloso devido a possível variação de preços significativa nas amostras colhidas nos orçamentos do setor solicitante, da variação de mercado e com isso dando maior segurança ao Agente de contratação para negociar com preço real com o Licitante.

Evitar o efeito âncora: O fato é que, a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Nessas situações, a consagração de princípios próprios da Administração Pública (interesse público, economicidade e eficiência, sobretudo) solicitamos que o preço orçado pela Administração seja mantido sob sigilo até o fim da disputa pelo contrato/ata de registro de preços.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Dessa forma, entende-se que a pertinência do orçamento sigiloso é uma forma de “forçar” os fornecedores a apresentar a sua melhor proposta sem estar vinculado aos orçamentos que foram realizados pelo setor solicitante.

A divulgação, conforme disposto no item anterior, é fundamentada no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art.24 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021;

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

I - O sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

No art.12 da Instrução Normativa nº de 30 de setembro de 2022.:

§ 1º Para fins do disposto no caput, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observado o § 1º do art. 30.

OBS: Toda a pesquisa de mercado realizada pelo setor solicitante está disponível para os órgãos de controle interno e externo e se tornará pública para todos os interessados imediatamente após o encerramento do envio de lances.

10. Parâmetros utilizado para a estimativa do valor (conforme Decreto Municipal 7953/2024):

A equipe de planejamento realizou Pesquisa de Preços de acordo com a Instrução Normativa nº 04, de 23 de setembro de 2024, e conforme Decreto Municipal nº 7.953 de 25 de junho de 2024, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal.

A pesquisa de preços foi realizada nos termos do art. 14, incisos I a IV do Decreto Municipal nº 7.953 de 25 de junho de 2024.

A combinação dessas fontes, nos permitiu obter uma visão abrangente e precisa dos custos envolvidos, assegurando que a estimativa de valor apresentada esteja alinhada com as melhores práticas do setor. Essa abordagem não apenas fortalece a transparência do processo, mas também contribui para a tomada de decisão baseada em dados sólidos, maximizando a eficiência e a economia nos contratos a serem firmados. Assim, garantimos que a análise de preços esteja embasada em informações concretas, promovendo um planejamento financeiro mais eficaz.

Os preços pesquisados foram obtidos através de cotações em empresas do ramo, conforme orçamentos anexo ao processo.

11. Descrição da solução:

Soluções	Vantagens (pontos fortes)	Desvantagens (riscos, limitações, problemas)
1 - Contratação de empresa especializada	Expertise técnica Equipamentos modernos Responsabilidade	Custo financeiro Dependência externa
2- Contratação de servidores especializados	Controle interno Flexibilidade	Limitação técnica e tecnológica Custos trabalhistas
3 - Capacitação de servidores	Desenvolvimento interno Custos reduzidos	Investimento significativo de tempo e recursos para a capacitação.





		Risco de ineficácia Limitação tecnológica
1 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA		
Vantagens A expertise técnica da empresa garante serviços realizados por profissionais especializados e experientes. Eles utilizam equipamentos modernos, empregando tecnologia avançada e ferramentas específicas para assegurar a eficácia na limpeza. Além disso, a empresa assume total responsabilidade pelos serviços prestados, o que minimiza os riscos e custos associados a procedimentos inadequados.		
Desvantagens Apesar dos benefícios oferecidos, é importante considerar que optar por uma empresa especializada pode resultar em um custo financeiro mais elevado em comparação com outras opções disponíveis. Além disso, há uma dependência externa, já que a administração fica sujeita à disponibilidade e à agenda da empresa contratada, o que pode impactar na flexibilidade e na rapidez da prestação dos serviços.		
2 - CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES ESPECIALIZADOS		
Vantagens Ao optar por realizar a tarefa internamente, há um maior controle direto sobre os funcionários encarregados da atividade. Isso proporciona uma supervisão mais eficaz e detalhada das operações. Além disso, há flexibilidade para ajustar a programação de acordo com as necessidades da administração, garantindo uma maior adaptação às demandas emergentes.		
Desvantagens Os servidores podem não possuir a mesma especialização técnica de uma empresa dedicada, o que pode impactar na qualidade e eficácia dos serviços prestados. Além disso, há custos trabalhistas envolvidos, incluindo salários, benefícios e encargos, que devem ser considerados. Também é necessário levar em conta a limitação tecnológica, já que pode ser necessário adquirir equipamentos específicos para realizar os serviços de forma adequada.		
3 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES		
Vantagens Há um investimento na formação dos servidores da administração, o que pode resultar em uma equipe mais capacitada e preparada para lidar com as demandas específicas da tarefa. Além disso, os custos iniciais são reduzidos, já que há um menor desembolso financeiro imediato em comparação com a contratação de serviços externos. Essa abordagem pode proporcionar uma maior autonomia e controle sobre o processo, além de contribuir para o desenvolvimento profissional dos servidores.		
Desvantagens O desenvolvimento interno requer um investimento significativo de tempo e recursos para a capacitação dos servidores, o que pode sobrecarregar a administração. Há também o risco de ineficácia, pois os servidores podem não adquirir a expertise necessária para garantir uma limpeza eficaz, o que pode resultar em resultados insatisfatórios. Além disso, há uma limitação tecnológica, já que pode ser necessário adquirir equipamentos específicos para realizar os serviços de forma adequada, o que pode aumentar os custos a longo prazo.		





Conforme a especificação do objeto detalhada neste estudo técnico, a opção mais viável para a Administração Pública Municipal, a contratação de uma empresa especializada se destaca como a opção mais vantajosa. A expertise técnica, o uso de equipamentos modernos e a responsabilidade assumida pela empresa garantem a eficácia da limpeza, minimizando riscos e custos associados. Embora represente um investimento financeiro, a qualidade do serviço e a garantia de conformidade com normas e regulamentações compensam esse custo adicional, tornando-a a escolha mais favorável para atender ao interesse público.

12. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação:

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Justificativa para lote único da manutenção corretiva e preventiva (lote 1): o agrupamento de todos os serviços de manutenção corretiva e preventiva de aparelhos de ar-condicionado em um único lote justifica-se pela necessidade de garantir maior eficiência operacional, padronização dos serviços e economicidade para a Administração Pública.

A execução dos serviços por uma única empresa contratada possibilita melhor coordenação das atividades, reduzindo riscos de descontinuidade, conflitos de responsabilidade entre prestadores distintos e dificuldades na gestão contratual. Além disso, a centralização favorece a padronização dos procedimentos de manutenção preventiva e corretiva, assegurando maior qualidade e uniformidade nos serviços prestados.

Sob o aspecto econômico, o agrupamento em lote único tende a proporcionar ganho de escala, tornando a contratação mais atrativa para o mercado e possibilitando a obtenção de propostas mais vantajosas, com redução de custos administrativos relacionados à gestão de múltiplos contratos.

Adicionalmente, a natureza dos serviços — que envolvem atividades semelhantes, com utilização de mão de obra especializada e insumos comuns — reforça a viabilidade técnica do agrupamento, não havendo prejuízo à competitividade, uma vez que o objeto é amplamente ofertado por empresas do ramo.

Dessa forma, o parcelamento do objeto não se mostra técnica nem economicamente vantajoso, sendo recomendável sua contratação em lote único. Essa abordagem promove uma gestão mais eficiente, transparente e flexível, contribuindo para a eficácia geral das operações municipais.

13. Resultados pretendidos:

A contratação de uma empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção geral dos sistemas de ar condicionado, através de uma dispensa, visa alcançar os seguintes resultados:

- **Melhoria no Aproveitamento dos Equipamentos de Climatização:** Assegurar que todos os sistemas de ar condicionado funcionem de maneira otimizada, proporcionando um ambiente climatizado adequado, conforme as normativas vigentes, e maximizando o desempenho dos equipamentos.
- **Prolongamento da Vida Útil dos Equipamentos:** Através de manutenções regulares e especializadas, prolongar a vida útil dos sistemas de ar condicionado, evitando falhas





e desgastes prematuros, o que resulta em menor necessidade de substituição e redução de custos a longo prazo.

- **Manutenção da segurança e saúde dos setores dependentes do equipamento:** A Anvisa preconiza manutenções periódicas de equipamentos de ar condicionado visando assim a segurança e saúde nos ambientes que tem o mesmo como climatizador do ambiente, visto que a presença de bactérias e organismos dissipados pelo equipamento podem vir a causar sérios danos à saúde dos que transitam e realizam suas atividades no ambiente.
- **Eficiência Operacional:** Minimizar interrupções no funcionamento dos equipamentos de ar condicionado, o que é essencial para o pleno funcionamento das unidades, especialmente em ambientes críticos como a sala dos servidores.

Esses resultados pretendidos visam não apenas a manutenção e operação eficiente dos sistemas de ar condicionado, mas também a criação de um ambiente seguro e confortável para todos os usuários e trabalhadores das unidades, alinhado com as melhores práticas de gestão e conservação de recursos públicos.

14. Providências da Administração:

Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental.

A demanda será acompanhada pelo corpo técnico responsável devidamente capacitado para tomar as providências necessárias e possíveis para o sucesso da contratação, incluindo a análise e aceites das propostas, acompanhamento das solicitações e execuções por parte dos usuários e eventuais diligências no intuito de garantir a qualidade de todo o fluxo da contratação pública.

A empresa contratada deverá atender aos requisitos exigidos no Edital/Termo de referência nos itens que lhe compete, tendo como obrigações principais que o item ofertado atenda todas as exigências de especificação, critérios de sustentabilidade, atendendo as normativas, no que couber.

15. Contratações correlatas:

Não existe contratação correlata ou interdependente para o objeto deste estudo.

16. Impactos ambientais:

Geração de Resíduos Eletrônicos: Os equipamentos podem gerar resíduos eletrônicos ao atingir o fim de sua vida útil ou quando há necessidade de substituição de peças.

Medidas de Mitigação:

1. Descarte Responsável: É fundamental garantir que, ao final da vida útil dos aparelhos ou quando for necessário, as peças sejam substituídas e o descarte seja realizado de acordo com as regulamentações ambientais vigentes. Isso implica encontrar soluções de reciclagem e descarte correto de componentes como bateria para minimizar o impacto ambiental dos resíduos eletrônicos.

2. Reutilização e Reciclagem: Avaliar a possibilidade de reutilizar peças ou componentes, a fim de reduzir a geração de resíduos. Além disso, promover a reciclagem de materiais quando apropriado. Embora os impactos ambientais sejam geralmente limitados nesse contexto, adotar uma abordagem preventiva é essencial para minimizar qualquer efeito negativo potencial. O descarte adequado e a promoção da reutilização e reciclagem são passos significativos para a sustentabilidade ambiental.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

17. Parecer Conclusivo:

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudo Técnico Preliminar realizado por esta Equipe de Planejamento, DECLARAMOS que:

(X) É VIÁVEL, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

() NÃO É VIÁVEL, esta equipe de planejamento declara inviável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

A Equipe de Planejamento chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s): Os estudos preliminares evidenciaram que a forma de aquisição que maximiza a probabilidade do alcance dos resultados pretendidos em observância aos princípios da economicidade, eficácia e eficiência apresenta-se por meio de Procedimento de Licitação.

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

**Campo Belo/MG, 12 de maio de 2026.
Equipe de Planejamento/Multidisciplinar**

**Aline Teixeira de Castro - Matrícula 89816
Membro da Equipe de Planejamento/Multidisciplinar**

**Lisley Rocha Silva – Matrícula: 13221
Membro Suplente da Equipe de Planejamento/Multidisciplinar**

**Fernanda Lopes Barbosa – Matrícula: 88698
Membro Suplente da Equipe de Planejamento/Multidisciplinar**

Equipe de Gestão e Fiscalização

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rodrigo Rostelato da Silva - Matrícula: 84799 Gestor Titular	Fábio Vilela Santos - Matrícula: 85011 Fiscal Titular
Karoline Mendonça da Silva - Matrícula: 90063 Gestor Suplente	Josianne A. do Nascimento - Matrícula: 90766 Fiscal Suplente
Odair José de Mendonça - Matrícula: 89091 Gestor Titular	Deyvisson Barbosa Silva - Matrícula: 90704 Fiscal Titular
Thaís Rodrigues Tavares - Matrícula: 89475 Gestor Suplente	André A. M. Nascimento - Matrícula: 90670 Fiscal Suplente
Henrique Tadeu Lopes - Matrícula: 89252 Gestor Titular	Sérgio A. A. Helo - Matrícula: 23152 Fiscal Titular
Cláudio Nicolau de Oliveira - Matrícula: 23816s Gestor Suplente	Jéssica A. O. G. Bolina - Matrícula: 88976 Fiscal Suplente
Gisele Silva Ribeiro - Matrícula: 23754 Gestor Titular	Maria Helena A. Alves - Matrícula: 89912 Fiscal Titular
Dayane Larissa Oliveira - Matrícula: 83014 Gestor Suplente	Wesley Ferreira de Paula - Matrícula: 830583 Fiscal Suplente
	Pedro Henrique A. Almeida - Matrícula: 86498

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rodrigo Maciel e Bastos - Matrícula: 23674 Gestor Titular	Fiscal Titular
Bruno Diego Silva - Matrícula: 90646 Gestor Suplente	Matheus Teixeira Bernardes - Matrícula: 91200 Fiscal Suplente
Luana Felipe Corrêa - Matrícula: 90617 Gestor Titular	Paulo H. V. dos Passos - Matrícula: 23807 Fiscal Titular
Fábio Miranda Moreira - Matrícula: 23807 Gestor Suplente	Liliane A. B. Fidelis - Matrícula: 90777 Fiscal Suplente
Fábio Gabriel T. Nascimento - Matrícula: 90964 Gestor Titular	Thaís Barbosa Vasconcelos - Matrícula: 90734 Fiscal Titular
Joel Gonçalo Candido - Matrícula: 85432 Gestor Suplente	Claudneia Guedes Moreira - Matrícula: 17569 Fiscal Suplente
Camila F. Rodrigues Ramos - Matrícula: 91054 Gestor Titular	Rheysla E. de Almeida Neves - Matrícula: 50402 Fiscal Titular
Dayanna C. Pereira Nunes - Matrícula: 50411 Gestor Suplente	Thiago A. Schmidt De Melo - Matrícula: 40880 Fiscal Suplente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Assinatura do Secretário(a)

Cristiana Felício Porto - Matrícula: 15896
Secretária Municipal de Administração

Maria de Fátima Freire Furtado – Matrícula: 23898
Secretária de Assistência Social

Ronaldo Pimenta Mendes – Matrícula: 90677
Secretário de Desenvolvimento

Rosana Junqueira Neves Silveira – Matrícula: 17112
Secretária de Educação

Maria Paula de Arruda Campos Avanzi de Almeida – Matrícula: 90183
Secretária Municipal de Meio Ambiente

Lucas Vieira Furtado – Matrícula: 89431
Secretário Municipal de Esporte, Cultura e Turismo

Cristiano Casarino – Matrícula: 39138
Secretário de Infraestrutura

Josislaine de Oliveira Gouvea – Matrícula: 40979
Procuradora-Geral do Município

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90077/2026

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.659.334/0001-37, com sede à Rua João Pinheiro, nº. 102, bairro Centro, nesta cidade, representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Adalberto Ribeiro Lopes, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico n. 90077/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com o fornecimento de peças (filtro) e gás para os sistemas de climatização do prédio administrativo e diversas secretarias, da Administração Pública Municipal, através do sistema Registro de Preços, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1 O Termo de Referência;
- 1.1.2 O Edital da Licitação;
- 1.1.3 A Proposta do contratado;
- 1.1.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de *24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do contrato*, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.
- 2.2 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

- 5.1 O valor total da contratação é de R\$ (.....)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- 7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/04/2026.
- 7.2 Após o interregno de um ano, os preços poderão ser reajustados, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na variação do índice IGP-M divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, mediante solicitação da Contratado, sob pena de preclusão do direito.
- 7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 8.1 São obrigações do Contratante:
- 8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7 Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.1.9 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 8.1.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.
- 8.1.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 9.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, conforme o caso, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 9.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
 - 9.1.3 Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 9.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 9.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 9.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 9.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - 9.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
 - 9.1.9 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
 - 9.1.10 Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
 - 9.1.11 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
 - 9.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- 9.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.17 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.1.18 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.1.19 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.1.20 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.1.21 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões constantes no Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
 - ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;
 - i. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 30% do valor do Contrato.
4. Para as demais infrações descritas na alínea “a”, “b” e “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 30% do valor do Contrato.

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

- 12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3 Indenizações e multas.
- 12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).
- 12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município deste exercício, na dotação discriminada no processo.

14	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo	Reserva Situação	Entidade	Dotação	Seq
2026	2	1	2016	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	17	
2026	2	6	2169	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	132	
2026	2	6	2019	33390391500000000000	15000000000	0,00Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	209	
2026	2	7	2096	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	247	
2026	2	7	2032	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	273	
2026	2	8	2221	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	33	
2026	2	8	2050	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	363	
2026	2	8	2216	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	401	
2026	2	8	2215	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	441	
2026	2	11	2234	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	616	
2026	2	14	2171	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	681	
2026	2	34	2254	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	695	
2026	2	34	2254	33390391700000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	695	
2026	2	34	2252	33390391500000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	732	
2026	2	34	2252	33390391700000000000	15000000000	0,01Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	732	



Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

14	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo	Reserva	Situação	Entidade	Dotação	Seq
2026	2	10	2278	33390391500000000000	1500000000	0,01	Ativo	MUNICÍPIO DE CAMPO BELO	1097	

Total de Registros:

Gestão/Unidade:

14.1.1 Fonte de Recursos:

14.1.2 Programa de Trabalho:

14.1.3 Elemento de Despesa:

14.1.4 Plano Interno:

14.1.5 Nota de Empenho:

14.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Belo – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Campo Belo, ____ de ____ de 2026.

MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG
CONTRATANTE
Pelo Prefeito Municipal

NOME / RAZÃO SOCIAL
CONTRATADA
Pelo Responsável Legal





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

Matrícula: _____

Nome: _____

Matrícula: _____

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90077/2026

O **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 18.659.334/0001-37, com sede à Rua João Pinheiro, nº. 102, bairro Centro, nesta cidade, representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Adalberto Ribeiro Lopes, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado **FORNECEDOR BENEFICIÁRIO**, neste ato representado(a) por (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 156/2026 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, no Decreto Municipal nº 6.719, de 21 de dezembro de 2022, e demais legislação aplicável, **RESOLVEM** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital do **Pregão nº 90077/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo limpeza total com o fornecimento de peças (filtro) e gás para os sistemas de climatização do prédio administrativo e diversas secretarias, da Administração Pública Municipal, através do sistema Registro de Preços

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

3. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

3.1.4. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.1.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.1.2 Mantiverem sua proposta original.

3.1.5. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

O registro a que se refere o item 4.4.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

3.1.6. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

3.1.7. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.8. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.1.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

3.1.9. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

3.1.10. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

4. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

5.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.1.5. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.1.6. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.1.7. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

5.1.8. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.1.9. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 5.1.5, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 6.1.5. Por razão de interesse público;
- 6.1.6. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 6.1.7. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

7. DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

- 7.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8. CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Campo Belo, ____ de _____ de 2026.

MUNICÍPIO DE CAMPO BELO/MG

Órgão Gerenciador
Pelo Prefeito Municipal

NOME / RAZÃO SOCIAL

Fornecedor Beneficiário
Pelo Responsável Legal

TESTEMUNHAS:

Nome:

Matrícula:

Nome:

Matrícula:

Anexo

CADASTRO DE RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>





Prefeitura Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)					
Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/06/2026 17:11 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/pfcd2fa639f6ba>

